O Papel da Incorporação de Terras na Construção do Estado Argentino no Final do Século XIX

Maria Heloisa Lenz
Departamento de Economia, UFRGS e Fundação de Economia e Estatística/RS

Resumo
O trabalho tem por objetivo examinar o papel que a incorporação de grandes contingentes de terras férteis ocorrida na Argentina no século XIX, teve na formação do Estado do país. O seu pressuposto é que esta expansão foi um dos fatores que possibilitaram em 1880 a consolidação definitiva da formação do estado nacional argentino, com a conseqüente unificação da Argentina. A primeira parte constitui-se numa discussão sobre os condicionantes históricos da formação do estado relacionado com a fronteira e na segunda apresenta a forma da conquista das terras férteis: as operações militares de Alsina (1874) e de Roca (1878).

Palavras chaves: Argentina, estado nacional, fronteira

Abstract
This paper intends to analyze the role the incorporation of great areas of fertile land which took place in 19th century Argentina played in the formation of the state. We assume this expansion was one of the factors that enabled the definitive consolidation of the Argentinean national state in 1880, what eventually led to the country´s unity. In the first segment we discuss the historical conditions of the state formation in relation to its border and in the second segment we show how the fertile lands were conquered: the military operations of Alsina (1874) and Roca (1878).

Key-Words: Argentina; nacional state; border

Introdução

A economia argentina experimentou um extraordinário crescimento econômico no final dos anos setenta do século XIX, a chamada *Belle Époque,* onde a característica mais marcante foi a sua integração ao mercado internacional, através de dois movimentos: o crescimento das exportações e o afluxo de capital e de trabalho externo. Dentre os aspectos mais peculiares deste período, e que muito contribuíram para este excelente resultado, destaca-se o deslocamento da fronteira argentina, que implicou a incorporação de grandes contingentes de terras férteis para as atividades agrícolas. Esta expansão territorial que foi agregada ao território existente e a sua luta para mantê-lo unificado foi vital para a formação do Estado nacional e da identidade da nação argentina. O deslocamento da fronteira do país foi viabilizado principalmente por uma série de operação militares que entraram na literatura com a denominação de A *Campanha do Deserto* ou *La*

Conquista del Desierto. Estas ações buscaram, essencialmente, expulsar os índios da região localizada ao sul de Buenos Aires de modo a incorporá-la às atividades produtivas de exportação.

O trabalho tem por tema o exame do papel que a incorporação de grandes contingentes de terras férteis, os instrumentos que a asseguraram e as lutas pela unidade almejada, tiveram na formação do Estado aregentino. O seu pressuposto é que as lutas denominadas de *La Conquista del Desierto* foram uma das pré condições para a consolidação definitiva da formação do estado nacional argentino, com a conseqüente unificação territorial do País.

O artigo será desenvolvido em duas partes: na primeira serão resgatados e discutidos os conceitos de fronteira e de deserto relacionados com a construção do Estado nacional; na segunda será apresentada a principal forma da ocupação das terras férteis do pampa argentina, a Campanha do Deserto propriamente dita: as Campanhas militares de Alsina de 1874 e do General Roca de 1878.

A formação do Estado argentino: a *fronteira e* o *deserto*

Um dos pontos iniciais do processo da formação inicial do Estado argentino foi, sem dúvida, o de 1853, quando, com a queda do ditador Rosas em 1852, assumiu o poder um governo que se constituía em um grupo dirigente decidido a desenvolver o país[1]. Vários autores, dentre eles Lewis (1998) argumentam que as instituições modernas argentinas começaram a tomar forma depois de 1853, seguindo o golpe da retirada do poder de Rosas. Para ele o arranjo encapsulado na Constituição de 1853 e o acordo de 1880 – que resultou na federalização de Buenos Aires -, foram os elementos que conferiram a caracterização final das instituições do período subseqüente.

Durante esse período houve um conflito permanente entre o setor de classe média - contrário ao livre comércio, pois isto significaria a ruína da pequena burguesia local, e a favor da entrada de camponeses, dando-lhes terra - e o de proprietários de terra, favoráveis ao livre comércio e à imigração de camponeses assalariados. Este último grupo foi o que influenciou a aprovação da Lei de Colonização de 1876, que pôs fim às esperanças de uma

[1] A queda de Rosas em 1852 marca o fim de um longo período político no país. Em dezembro de 1829, com o fim da luta civil entre unitários e federalistas pela vitória da facção federal, Rosas conquistou o poder de Governador da Província de Buenos Aires e a partir de então passou a deter um poder de caráter ditatorial e exerceu a representação externa da Confederação. Ele representou a subida para o poder do grupo econômico dos grandes proprietários de terra, governando primeiramente de 1829 a 1832 com poder absoluto. Depois de um interregno durante o qual a instabilidade em Buenos Aires e nas demais províncias ameaçou restabelecer

colonização de classe média no campo. Também foi decisiva, a mudança nos rumos da política econômica, definida pela Constituição Nacional de 1853, com o país se organizando em um sistema federativo.

Finalmente, por volta do final dos anos setenta e início dos anos oitenta do século XIX, a economia argentina começou um período de extraordinário crescimento denominado por muitos autores como a *Belle Époque*[2]. Esse crescimento resultou da incorporação de vastas extensões de terras férteis, pois a sua utilização tornou-se economicamente viável em razão da diminuição dos custos de transportes ter aproximado o mercado dos países europeus à Argentina, criando um aumento de demanda para as exportações argentinas.

O início dos anos 1880 também marca o estabelecimento definitivo do estado nacional argentino, referenciado por acontecimentos como a federalização de Buenos Aires, com a conseqüente unificação da Argentina e a chegada de Roca à presidência da República, em 12 de outubro de 1880. [3]

Rapoport (1988:173), por sua vez, entende que esse crescimento, na verdade descontínuo, só iniciou na década de oitenta, denominando-o, inclusive, de *Proyeto del 80.* Para ele o período de transição, em que se estabeleceram as bases políticas - institucionais e econômicas do processo iniciado na década de 1880, estendeu-se de 1852 a 1880, desde Caseros a Roca. Os marcos estabelecidos por ele são: a Constituição de 1853 e o estabelecimento dos Códigos Civil e Comercial. Assim, em 1880, o país começou a estruturar-se, apesar das crises políticas e militares, como os enfrentamentos entre Buenos Aires e o Governo Nacional, conflitos internacionais - guerra com o Paraguai - e expedições contra os índios, o marco institucional e a estrutura política própria de um Estado nacional, processo que se complementaria logo sob o governo de Roca.

A grande criação de riqueza do período é caracterizada pelo início da criação de gado *vacum*, impulsionado pela possibilidade de expansão graças à existência da disponibilidade de terras incorporadas pelas Campanhas do Deserto. Assim, esta fase foi o

---

a anarquia, ele retornou ao posto, em seus próprios termos, em março de 1835 e governou pelos 17 anos subseqüentes com total e ilimitados poder. (Lynch, 1993: 22).

[2] Sobre este período e suas características ver os trabalhos de Cortés Conde (1997), Di Tella, Platt (1985), Díaz Alejandro (1970) e Lenz (2001).

[3] Sobre a questão da formação do estado nacional nessa época é importante colocar a posição de Buchbinder (1994:32), para quem toda a historiografia do século XIX preocupava-se em justificar a existência de nações preexistentes, anteriores a esse período. Ele faz referência aos autores Mitre e Lopes como os divulgadores da idéia de que a nação argentina se encontrava prefigurada desde os tempos coloniais e "preexistia" nos estados provinciais. Segundo o autor, embora o conjunto dessa obra tenha sido questionado em muitos aspectos essa idéia de nação preexistente foi disseminada pela maioria dos trabalhos e se constituiu em um argumento nos debates sobre federalismo e sobre a intervenção do poder central nas províncias.

domínio da criação de gado nas áreas da fronteira, da onde vem a expressão que "povoar" no deserto era povoar com gado.

No início da década de setenta do século XIX o território do que é hoje denominado Argentina estava encerrado entre duas linhas imaginárias que separavam as zonas povoadas de outros imensos espaços vazios que ficavam ao exterior delas. Essas linhas de contato entre o espaço povoado e o espaço vazio eram chamadas fronteiras, na verdade uma linha móvel, flutuante, ainda que relativamente definida, que expressava o limite entre uma e outra zona.

Segundo Auza (1980:61), o espaço exterior à zona ocupada, o assim denominado deserto, compreendia amplos espaços geográficos, primordialmente grandes extensões de planícies conhecidas como o pampa, localizados no sul, no sudeste e a noroeste do país. Este imenso espaço vazio constituía o maior desafio a ser enfrentado por aqueles que aspiravam construir uma nação.

O caráter da fronteira territorial vista como espaço de conflito, de disputa entre dois grupos ou duas culturas é normalmente conceituada como um produto histórico, resultante de forças de conflito. No caso argentino, o conceito de fronteira é algumas vezes remetido ao trabalho de Frederick Jackson Turner, *The significance of the frontier in American History* de 1893, quando este se refere à ocupação do oeste americano. Nesse trabalho, Turner define como fronteira à zona ainda não colonizada pelo europeu, a fronteira imaginária que marcou o caminho dos pioneiros em direção ao Oeste norte-americano, trazendo a idéia do limite extremo entre a terra colonizada e a terra não explorada. Essa referência provém do fato da existência, á primeira vista, de muita correspondência entre o caso argentino e o norte-americano, pelo mesmo fenômeno da incorporação de território ocupado pelos índios e dos conflitos ocasionados por esse processo e principalmente, pela forma de integração desses territórios a nação existente junto com a questão do Estado.

Silva (2003), por sua vez, faz ressalvas extremamente pertinentes ao uso *turneriano* para o caso argentino, pois a seu ver "(...) nas sociedades latino-americanas a experiência não contribuía apenas para a liberdade de oportunidades, mas para o estabelecimento de hierarquias duradouras". A autora lembra também o principal obstáculo na trajetória da formação da nação para o estado argentino era o perigo da fragmentação o que levou á necessidade de uma forte presença do Estado. Isto tudo a leva a afirmar que: "Deste modo, encontramos, no século XIX, na Argentina, a experiência da fronteira gerando o inverso da tese turneriana, um mito negativo, na literatura acadêmica e na cultura popular". (Silva, 2003:12).

O termo deserto está diretamente ligado á questão da fronteira, e por isto adquiriu uma enorme importância na história argentina e com a própria identidade do país. Segundo Vázquez-Rial (1996), todas as especulações dos argentinos sobre o termo fundamentavam-se na observação da relação entre o número de habitantes e a superfície ou, no melhor dos casos, entre o número de habitantes e os recursos existentes (potenciais). Entretanto, nenhuma das relações se constitui em si mesma como um indicador válido, nem, como se costumava crer e costumavam divulgar os políticos do Rio da Prata, a modificação de um dos termos modifica necessariamente o outro nem a própria equação.

Para Bandieri (2000:129), desde o contexto da Campanha do Deserto de 1879, o termo "deserto" deve ser entendido como sinônimo de "barbárie" ou, o que é o mesmo, "vazio de civilização". Esta forma de entender o deserto encontra-se também na obra épica *Facundo* de Domingo Faustino Sarmiento. Ao realizar uma análise épica da Argentina apresentando-a como uma luta entre a "civilização" e a "barbárie", descreve a Argentina como "uma região vasta... Sua própria extensão é o mal de que a República argentina sofre; o deserto cercando-o por todos os lados". (Sarmiento, 1986:112).

Conforme ressalta Olgesby (1985), se houve um viés daqueles que escreveram sobre os países novos, como a Argentina, ele proveio do fato de que eles teriam sido afetados pela terra e pelo sentido de espaço. O fato de o Pampa ser maior do que a metade leste de Gales parece ter tido um grande impacto sobre a mente dos argentinos, fazendo com que eles construíssem sua identidade sobre a vastidão.

Um outro exemplo de como a concepção de deserto está associada á história da Argentina é referida por Vázquez-Rial (1996), lembrando a idéia da desapopulação do país, da Argentina como deserto, imensa, inexplorada e sem cultivar, que mobilizou a política argentina, ao menos desde 1880, convertendo o país em um dos maiores pólos de imigração do Ocidente ao longo de mais de médio século.

Da mesma forma Mitre expressa a relação do deserto e sua ocupação em um discurso de encerramento presidencial: "*(...) la necessidad de expansión y el instinto salvador de las necesidades sociales (...) con el auxilio de las vacas y los caballos que ocuparon el desierto y lo poblaran como Dios los ayudara*". (Mitre apud Halperin Donghi, 1998:153).

Finalmente, cabe lembrar Alberdi sobre o deserto e sua relação com os indígenas ao afirmar: "A guerra de conquista pressupõe civilizações rivais, estados opostos: o selvagem e o europeu, por exemplo. Este antagonismo não existe: o selvagem está vencido: na

América não tem domínio nem senhorio. Nós, europeus de raça e civilização, somos os donos da América". (Alberdi, 1994:71, 72).

Assim, a incorporação de novos territórios na segunda metade do século XIX desempenhou um papel especial na formação inicial da nação Argentina. A Argentina para poder competir no comércio externo, em vista da necessidade de buscar novos pastos para o seu crescente rebanho, passou a enfrentar a busca efetiva desses novos territórios através de uma série de campanhas militares.

Conquista e ocupação de novos territórios: *La Conquista del Desierto*

O crescimento das exportações e a abertura externa só foram possíveis devido a grande expansão do território argentino e foram viabilizados, em grande medida, por uma seqüência de operações militares, que resultou na expulsão da população indígena das terras férteis do pampa.

No século XIX, por volta dos anos setenta e oitenta, o sul da província de Buenos Aires estava ocupado pelos indígenas, e a sua expulsão e a conseqüente apropriação dessas terras para atividades produtivas entraram para a literatura com a denominação de *Campanha do Deserto* ou *La Conquista del Desierto.*

A falta de terra livre foi, conforme afirma Landes (1998:347), uma das piores heranças do regime colonial, quando vastos domínios argentinos foram dados de mão beijada à Igreja e a homens de respeito e poder. As sobras eram arrebatadas durante os distúrbios após a revolução da independência, e, a novos ganhos territoriais, seguiam-se distribuições do mesmo quilate. Assim, "A campanha de 1879 contra os índios (que os argentinos bizarramente descreveram como *La Conquista del Desierto* foi precedida e financiada por vendas de terras, cerca de 8,5 milhões de hectares para 381 pessoas". Segundo esse autor, os compradores precisavam de toda a terra que pudessem adquirir, pois, à medida que se avançava para o sul, o clima tornava-se árido, o solo, estéril. A Patagônia podia sustentar, talvez, um rebanho ovino por área que correspondia a um décimo do da província de Buenos Aires. Embora já tivesse havido deslocamento de fronteira no século XVIII, especialmente em Buenos Aires, sem dúvida, os mais importantes ocorreram no século XIX[4].

[4] Segundo Cortés Conde (1997), houve movimentos de fronteira antes das famosas campanhas de Alsina e Roca, datadas de períodos bem anteriores, nos anos de 1820 e 1833, sendo a mais famosa a Campanha de Rosa ao deserto em 1833, mas as suas soluções, como, por exemplo, os subornos a tribos indígenas, foram menos custosas do que a ocupação militar.

A grande mudança de postura em relação à conquista de novos territórios aconteceu com a consolidação do estado nacional em 1880, quando o governo central passou a deter maior poder, contando, e pela primeira vez disponível para utilização guerreira, com um exército nacional, formado tanto em função da Guerra do Paraguai como pelo temor do Chile como potência do Sul. Superou-se, então, uma série de circunstâncias políticas tais como o período conturbado de Rosas, as guerras civis e a do Paraguai que, até o final da década de 70 do século XIX, produziu um retrocesso da fronteira na Argentina e tornaram os direitos de propriedade menos seguros.

Di Tella e Platt (1985), ao comparar a economia argentina com a norte-americana, afirmam que um traço comum entre estes países foi o desenvolvimento da tecnologia e das táticas militares. Estas, junto com o melhoramento dos transportes, permitiram com mais facilidade o controle sobre as populações indígenas pré-existentes. Na Argentina, as novas armas importadas, em 1870, transformaram a guerra contra os índios de uma posição defensiva sobre uma fronteira estacionária para uma fronteira ofensiva que, em poucos anos, somou milhões de acres para a economia de mercado daquele país. Em termos econômicos, a "pacificação" significou uma redução nos riscos e incerteza, e, conseqüentemente, uma redução em custos em termos quase dramáticos.

Cucoresse (1966:36) questiona a ocupação da seguinte forma: "?*Y que se pasó con la tierra conquistada? ?Fue entregada para su lambranza a argentinos nativos y a los inmigrantes? No resultó así. No se pobló el desierto. La tierra fue entregada en propriedad a pocas familias. La tierra ya habia sido otorgada, aún antes de conquistada*".

A fronteira sul, que cobria cinco províncias - Buenos Aires, Santa Fé, Santiago del Estero, San Luis e Mendoza - constituía, ao Avellaneda assumir a presidência em 1874, a linha mais vulnerável da fronteira interior e a que mais prejudicava a economia nacional e que maiores implicações possuía com as questões de política internacional. (Auza, 1980, p.63).

A primeira grande Campanha efetivamente conhecida foi a de Alsina, Ministro da Guerra do presidente Avellaneda, e tinha o objetivo de recuperar a fronteira do rio Negro, e, assim, incorporar enormes extensões de terra à produção. Neste contexto, o Ministro Alsina propôs um plano de ação que consistia em avançar a linha de fronteira sul, ocupando lugares estratégicos e levantando fortificações. O avanço devia realizar-se por linhas sucessivas que se comunicariam com Buenos Aires por telégrafo, e as fortificações se entrelaçariam entre si com fundações que tinham por objetivo impedir a passagem dos índios.

É importante notar, segundo Ortiz (1987:174), que no início da Campanha de Alsina a fronteira era descrita como uma linha que partia do vértice noroeste da Província de Buenos Aires, avançando em direção ao sudeste e dirigindo-se até a proximidade de Bahía Blanca junto ao Oceano Atlântico. A zona do gado representava, pois, um vasto setor cuja superfície era de umas 2.000 léguas e permitia algum desafogo aos criadores de ovelhas, mas estava distante de resolver o problema real que era perder a região da Patagônia, embora este não fosse um problema premente.

Com vistas à realização do seu plano de combate aos índios, em 25 de agosto de 1875, o presidente Avellaneda remeteu ao Congresso uma mensagem solicitando autorização para investir até 200 000 pesos fortes. Parte de seu argumento na mensagem é a seguinte:

> "*Todo gasto que haga la Nación es productivo y económico al mismo tiempo, siempre que el conduzca a ganar permanentemente sobre el desierto, asegurando el dominio existente y entregando al trabajo áreas de campo considerables. El plan del Poder Ejecutivo es ir ganando zonas por medio de líneas sucessivas. El rio Negro debe ser la línea final de esta cruzada contra la barbarie, hasta conseguir que los moradores del desierto acepten, por el rigor o por la templanza, los beneficios que la civilización les ofrece.(...) El plan do Poder Ejecutivo es contra el desierto, para poblarlo, y contra los indios para destruirlos*" (Ministerio del Interior-Homenaje al Centenario, 1979:112).

O plano de Alsina incluía entre outras a construção de uma estrada de ferro econômica entre Bahía Blanca e Salina Grandes, assim como a ampliação em 771 km das linhas telegráficas existentes na província de Buenos Aires, como forma de unir a Capital com as outras regiões.

Embora a Campanha tenha se originado na questão estratégica de apropriação de terras, nessa época houve realmente o ressurgimento da ameaça indígena em virtude de problemas com os países limítrofes, a crise estrutural do estado argentino e as turbulências internas da sociedade indígena.

O imenso território indígena ia desde o rio Chubut ao Terceiro, e da cordilheira andina ao Oceano Atlântico, e, segundo Ísola (1996), os índios não estavam submetidos ao controle estatal. Ao mesmo tempo, os índios tornaram-se fortalecidos por sua extrema habilidade com os cavalos, e por isso logo começaram a competir com êxito pelo gado

cimarrón, mas depois estabeleceram um importante tráfico de gado roubado que transportavam e comercializavam em Mendoza e no Chile.

Os índios também disputavam com a população local a água necessária ao gado, sendo esse outro motivo para freqüentes invasões aos povoados e ameaças importantes às populações, o que tornava muito difícil garantir a segurança e a crescente rentabilidade agropecuária na *plana pampa*.

Todas essas causas combinaram-se para incentivar os índios a realizar incursões mais audaciosas precisamente no período em que o Estado estava menos preparado, ou capacitado, para consagrar seus recursos à defesa da fronteira interna. Evidentemente não foi a audácia dos índios que fez a mudança de atitude por parte do Estado. O que incitou as autoridades a mudarem de atitudes foi a percepção agudizada de que, pela primeira vez, a insegurança da fronteira indígena começava a produzir um impacto profundo no ritmo de desenvolvimento argentino. Importa esclarecer novamente que o significado da expressão *fronteira indígena* não implica uma divisão precisa, ou especificamente reconhecida, entre zonas colonizadas e não-colonizadas. Lewis (1980).

A fronteira interna argentina era essencialmente um termo vago empregado para referir-se a uma zona geral dos pampas: não era estática e tampouco tinha um movimento unidirecional. Na verdade, era uma fronteira aberta e pouco rígida que podia ser facilmente penetrada pelos índios, mas que também podia ser transposta pela população branca. Com efeito, durante todos os anos 1860 e nos princípios da década 1870, as autoridades argentinas estimulavam a colonização das zonas além da fronteira. E foi somente no decorrer da década de 1870 que a fronteira começou a ser vista como uma barreira firme entre zonas não-civilizadas e cultivadas. Isso se deveu a mudanças econômicas que estavam acontecendo na Argentina e por isso mesmo também foi esse o momento em que o governo começou a receber críticas sobre a insegurança na fronteira. Nessa época os ataques estavam preocupando a classe dos proprietários de terra, e, passaram a adquirir um significado que não podia mais ser ignorado.

Os ataques indígenas, independentes de serem causa ou não da Campanha, produziram perdas importantes no período 1820-70, decorrentes de tais ataques em 1872. De acordo com Lewis (1980: 475), as devastações maiores foram dentro da área central de Buenos Aires, e resultaram na captura de 300.000 animais e de 500 pessoas, sendo que 400 brancos foram dados como mortos.

É interessante a observação que consta em documentos do Ministério do Interior sobre os ataques indígenas: "*El en año 1876 los indios miraran en el plan de Alsina, un*

eminente peligro de despejo. A raíz de ello, Namuncurá con su tribo, los ranqueles de Baigorrita, la tribu de Pincén y unos mil indios chilenos - en total, alrededor de 3.500 aborígenes - llevaron a cabo una serie de malones, llamada invasión grande". (Ministerio del Interior. Homenaje al Centenario, 1979:113).

O triunfo dos índios, entretanto, não era decorrente de seu comportamento, mas sim resultado do crescimento e diversificação da economia pelo incremento do gado bovino e ovino, que tornou o saque das áreas colonizadas mais atrativo e remunerativo para os índios.

Nesse contexto empreendeu-se a fase de consolidação fronteiriça de Alsina em 1876. Essa campanha marcaria uma nova sistemática nas hostilidades contra os índios, mas para que isso acontecesse era necessário que as tropas pudessem alcançar as regiões mais distantes. A infra-estrutura e as comunicações fossem melhoradas ao longo da fronteira, assim como também houve a melhora das fortificações e foi cavada uma fossa através dos pampas. A fronteira assumiu uma forma física, existiria como uma linha claramente definida e não como a zona vaga descrita pelos geógrafos.

Em julho de 1877, Roca realizou uma verdadeira devastação militar que deixou como saldo caciques prisioneiros, milhares de índios mortos e outros tantos prisioneiros.

Após essas vitórias, em que ganhou mais prestígio, Roca novamente defendeu seu ponto de vista militar de ofensiva mais forte contra os índios, em uma correspondência sustentada com Sarmiento nas colunas do diário *La República:*

> "*No solamente ofrecerá esta operación grandes beneficios para el país, por los riquísimos campos regados por los numerosos ríos y arroyos que se desprenden de la cordillera, y que se ganarían para la provincia de Mendoza o para la Nación, sino por las ventajas que reportaría para la seguridad de nuestras fronteras actuales, el hecho de interceptar y cortar para siempre el comercio ilícito, que desde tiempo inmemorial hacen, con las haciendas robadas por los indios, las provincias del sur de Chile, Talca, Maule, Linares, Ñuble, Concepción, Arauco y Valdivia."* (Leopoldo Lugones apud Walther, 1970: 429).

Além disso, o fato de o general Roca ser o comandante das fronteiras de Córdoba, San Luis e Mendoza lhe deu a oportunidade para informar-se profundamente da realidade do problema da luta no deserto, chegando a ponto de saber detalhes dos costumes, da situação e tática das principais tribos.

Os esforços de Alsina para dominar o deserto garantiram no final de sua campanha, a incorporação de 56.000 km quadrados de terras virgens e também a criação de novos territórios.

Durante esse período a disputa entre Alsina, Ministro da Guerra, e Julio Roca passou a ser cada vez mais acirrada.

Em 29 de dezembro de 1877, com a morte de Alsina, o presidente Avellaneda designou Roca como sucessor, que então contou com a oportunidade de elaborar uma estratégia para a campanha final do *deserto,* e a etapa agora seria a fronteira com o rio Negro. A chegada efetiva de Roca ao Ministério da Guerra, em junho de 1878, possibilitou que ele pusesse em prática suas três linhas de trabalho, que podem ser assim sintetizadas: 1) continuar com as tarefas de abrandamento das tribos existentes ao sul e sudeste da Província de Buenos Aires, e sul de San Luis, Córdoba e Mendoza; 2) executar tarefas simultâneas de exploração de novos territórios; 3) preparação logística do avanço para chegar até o Rio Negro.

O plano de Roca, ao assumir, consistia, pois, em eliminar primeiro os índios entre a fronteira e os rios Negro e Neuquén e depois avançar até a cordilheira dos Andes e prolongar a ocupação real até as zonas austrais de da Terra do Fogo. (Walther, 1970: 430). Para isso o poder executivo enviou uma minuciosa mensagem e projeto ao Congresso sobre a ação militar em 13 de agosto de 1878. No projeto eram solicitados os recursos necessários para o cumprimento da ação militar até o avanço do Rio Negro. As vantagens da ação foram apresentadas por Roca na sua Mensagem como Ministro da Guerra, em 14 agosto de 1878:

> "*Hasta nuestro propio decoro como pueblo viril a someter cuanto antes, por la razón o por la fuerza, a un puñado de salvajes que destruyen nuestra principal riqueza y nos impiden ocupar definitivamente, en nombre de la ley del progreso y de nuestra propria seguridad, los territorios más ricos y fértiles de la República. Las ventajas de esta operación son evidentes; y, sin necesidad de acudir a los autores que han tratado de ella ni participar del sentimiento y de la opinión pública que nos impulsan a poner manos a la obra, bastaría abrir una carta cualquiera de la Pampa para ver que el río Negro es por sí mismo una barrera natural; que sería la línea más corta, segura y económica, y que, una vez ocupada, haría perder en poco tiempo el significado de la frontera, cuando no se trata de naciones estrañas, puesto que para la República Argentina no hay otra frontera por el oeste y por el sur, que las cumbres de Andes y el Oceáno.*" (Memoria del Departamento de Guerra y Marina, 1884-1885, apud Walther, 1970: 599).

De acordo com Lewis (1980), se Roca possuía astúcia militar e sua campanha era mais sagaz e mais abarcadora que as expedições anteriores, também contava com melhores equipes. O exército que ele comandava em 1878 era um contingente muito mais profissional que aquele em que ele mesmo havia servido muitos anos antes, e em parte isso se devia a seus próprios esforços. Além disso, o exército estava mais bem financiado, armado e equipado, sendo constituído por aproximadamente 6000 soldados e 7000 cavalos. (Ministerio del Interior. Homenaje al Centenario, 1979, p. 120).

O plano de Roca baseava-se fundamentalmente em dois elementos-chave: a hostilização contínua dos índios durante a fase preliminar da guerra e o ataque final e coordenado. O êxito de ambas as ações dependia de comunicações adequadas para poder manter contato com os diversos setores da frente e o suprimento adequado das tropas, o que foi garantido pela expansão da rede de estradas de ferro na Argentina.

As expedições foram muito favoráveis e prepararam as condições para que em 1879 se alcançasse sem maiores dificuldades o rio Negro. O resultado de todo este processo foi a ocupação de mais de 550.000 km de território nacional.

É importante notar que o governo nacional promulgou em outubro de 1884 a organização de seus limites aos territórios nacionais, surgindo assim de sua divisão os governos do Pampa, do Neuquén, do Rio Negro, de Chubut, de Santa Cruz e da Terra do Fogo. Nos anos de 1900 a nação ocupou definitivamente a Patagônia, encerrando-se assim a última etapa da conquista de novos territórios.

O autor Lewis (1980) reporta com detalhes à Campanha de Roca. No seu entender, esse é um dos temas mais recorrentes na historiografia econômica argentina pelo papel da geração dos anos 1880 na determinação do caráter e substância do país durante a fase subseqüente de modernização e crescimento. Sua tese sobre as campanhas de 1878/79 é de que elas foram conseqüência de fenômenos que já apontavam para a modernização: a vitória de Roca foi um resultado e não a causa do desenvolvimento econômico e a expansão econômica permitiram o fortalecimento da autoridade estatal, e principalmente a aplicação dos projetos de infra-estrutura essenciais para a implementação exitosa de sua estratégia militar.

Considerações Finais

Conforme pôde ser constatado, a formidável e peculiar expansão territorial ocorrida na década de 1870, que implicou a incorporação de grandes contingentes de terras férteis para as diversas atividades agrícolas, constituiu-se em uma das principais alavancas que

possibilitaram o crescimento das exportações e a inserção positiva e crescente da Argentina no cenário internacional neste período. A utilização dessas terras tornou-se economicamente viável em razão da diminuição dos custos de transportes ter aproximado o mercado dos países europeus à Argentina, criando uma demanda para os seus produtos, como a carne e o trigo.

A Campanha do Deserto representou, assim, a forma encontrada para a apropriação das terras férteis necessárias à produção agropecuária, definindo os limites centro - norte - oeste do atual território argentino. Ambas as Campanhas, a de Alsina em 1874, e a do General Roca em 1878, constituíram-se em uma seqüência de operações de cunho militar, respaldada pela sociedade da época, com o claro objetivo, como foi visto nos documentos oficiais, de resgatar o Deserto ocupado pelos indígenas e povoá-lo como forma de assegurar a sua propriedade. As duas campanhas garantiram a incorporação de 606.000 Km de território à nação Argentina.

Essas operações militares foram vitais para a formação e consolidação do Estado nacional argentino pelo aspecto de unidade territorial e assim possibilitar que a economia do país desfrutasse das vantagens comparativas de seus produtos em nível internacional. A fronteira e a incorporação de terras foram faces distintas do mesmo processo, embora com a ressalva de que a aspiração da construção do Estado nacional tenha induzido, em momentos anteriores, o esforço no sentido de viabilizar as condições políticas e materiais para a realização das operações militares que definiram os novos contornos do país.

Referencias bibliográficas

Alberdi, J. B. *Fundamentos da Organização Política da Argentina.* Campinas, Editora da Unicamp, 1994.

Auza, Néstor Tomás. La ocupacion del espacio vacio: de la frontera interior a la fronteira exterior. 1876-1910. In: FerrariI, Gustavo y Gallo, Ezequiel (copiladores). *La Argentina del ochenta al centenario.* Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1980.

Bandieri, Suzana. Ampliando las fronteras: la ocupación de la patagonia In: Lobato, Mirta. (org). *Nueva Historia Argentina* El progreso, la modernización y sus límites. (1880-1916). Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2000.

Buchbinder, P. *La historiografia rioplatense y el problema de las orígenes de la Nación*. Montevideo: Cuadernos del CLAEH, año 19, n. 69. 2 série,1994.

Cortés Conde, R. *La economia argentina en el largo prazo (siglos XIX y XX).* Buenos Aires, Editorial Sudamericana Universidad de San Andrés, 1997.

Cuccorese, Horacio Juan. *Historia económica financeira Argentina (1862-1930).* Buenos Aires: El Ateneo Editorial, 1966.

Di Tella, G, Platt, D.C.M. *Argentina, Australia and Canada.* Studies in comparative developmente 1870-1965. Oxford: St. Antony's College, 1985.

Díaz Alejandro, C. F. *Essays on the economic history of the Argentina Republic.* New Haven: Yale University Press, 1970.

Halperin Donghi, Tulio. *El espejo de la Historia.* Buenos Aires, Editorial Sudamericana, 1998.

Ísola G. Viviana. Semblanza de un hombre de Estado: Julio Argentino Roca, 1880-1914. In: Vázquez-Rial Horacio. *Buenos Aires 1880-1913. La capital de un Imperio Imaginario.* Madrid: Alianza Editoral, 1996.

Landes, David. *Riqueza e a pobreza das nações. Por que algumas são tão ricas e outras são tão pobres*. Rio de Janeiro, Editora Campus, 1998.

Lenz, M. Heloisa. *Crescimento Econômico e Crise na Argentina de 1870 a 1930: a Belle Époque.* Porto Alegre, RS, Editora da UFRGS, 2004.

Lewis, Colin. La consolidacion de la frontera Argentina a fines de la decada del 70. Los indios, Roca y los ferrocarriles. In: Ferrari, G., Gallo, E. (compiladores) *La Argentina del ochenta al centenario*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1980.

Lynch, Jonh. From independence to national organization. In: Bethell, L. *Argentina since independence.* Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

Ministerio del Interior. *La Conquista del desierto.* Publicación de la Comisión Nacional de Homenaje al Centenario de la Campaña del Teniente General Don Julio Argentino Roca (1879-1979). Buenos Aires: 1979.

Ogelsby, J. C. 'Who are we?': the search for a national identidy in Argentina, Austrália and Canada, 1870-1950. In: In: Platt, D.C.M., Di Tella, G. *Argentina, Australia and Canada. Studies in Comparative Development 1870-1965*. Oxford: ST. Antony's College, 1985.

Ortiz, Raúl Scalabrini. *Historia de los ferrocarriles Argentinos.* Buenos Aires: Editorial Plus Ultra, 1983.

Rapoport, M. El Modelo agroexportador argentino, 1880-1914. In: Rapoport, Mario. (Compilador). *Economia e Historia. Contribuciones a la historia economica argentina*. Buenos Aires, Editorial Tesis, 1988.

Sarmiento, D. F. *Civilización y barbarie.* Buenos Aires, Colihue Editores, 1986.

Silva, Ligia Osório, *Fronteira e Identidade Nacional.* Anais do V Congresso Brasileiro de História Econômica, Caxambú, 2003.

Turner, F. J. *The Frontier in American History.* New York: henry Holt, 1940.

Vázquez-Rial H. Superpoblación y concentración urbana en un país desierto. Vázquez-Rial Horacio (org) (1996) Buenos Aires 1880-1913 La capital de un imperio imaginario. Madrid: Alianza Editoral: 1996.

Walther, Juan Carlos. *La conquista del desierto lucha de fronteras con el indio.* Buenos Aires: Editora Eudeba, 1970.